

# PROMESSA DE COMPRA E VENDA

## OUTORGA DE ESCRITURA

Recurso re .

---

### ART. 796/CPC — TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO - DETRAN - PREENCHIMENTO DE RECIBO - ILEGALIDADE

#### EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE .... Autos nº .... Requerente: ....., (qualificação), vem respeitosamente à presença de V. Exa., pelo procurador que esta subscreve (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Rua ... nº ....., na Cidade de ....., Estado do ....., onde recebe notificações e intimações, apresentar CONTESTAÇÃO À MEDIDA CAUTELAR INOMINADA deduzindo o que se segue. I - É sumamente lamentável, MM. Juiz, que a Requerente venha propor uma ação cautelar, sonhando de má-fé esclarecimentos importantes, que se traduzem no intuito repugnante de pretender enganar o respeitável Magistrado. II - A rigor, a ora Requerida, não se opõe de forma alguma de permanecer com o domínio documental do caminhão, sem transferir a terceiros, porque promoveu ação cautelar de seqüestro do mesmo bem, na respeitável Comarca de ....., conforme cópia anexa. III - O que causa repulsa é a parte deixar de informar perante o Egrégio Magistrado de que adquiriu o caminhão pagando a metade com cheque sem fundo, conforme farta documentação anexa, pretendendo usufruir um direito que a lei não confere. Pagamento com cheque, só se torna efetivo quando o mesmo é compensado; não sendo, não gera direito. Ademais, apesar da prostituição moral que circunda hoje em dia o próprio cheque, a lei penal continua a tutelar como estelionato, a fraude no pagamento por meio de cheque. IV - Sim, Exmo. Magistrado, nada a opor à cautelar que consiste unicamente em permanecer o documento do caminhão em nome da ora Requerida, porque, é do interesse da mesma que assim continue. Requer, todavia, que V. Ex.a, aplique o que dispõe o art. 17 do CPC, inciso II, com a cominação prevista no art. 18 do mesmo Código. DO REQUERIMENTO Em face do exposto, requer a continuidade do feito, protestando por outras provas documentais e testemunhais que forem necessárias, e invertendo, pela má-fé o ônus da sucumbência no grau máximo.